

Projeto de Lei

Percentual Mínimo de Vagas nas Residências pode virar Lei

Oferecimento de vagas para, pelo menos, 50% do total de formandos em Medicina é proposta de Projeto de Lei

A Comissão de Seguridade Social e Família, da Câmara Federal, aprovou o relatório do Deputado Rafael Guerra ao Projeto de Lei 5182/2001, de autoria do Deputado Antônio Cambraia, que “Estabelece percentual mínimo de vagas disponibilizadas pelas Instituições de Ensino para Residência Médica”. O autor do Projeto de Lei 5182/01 busca tornar obrigatório o oferecimento anual de vagas para residência médica pelas instituições de ensino superior, em número de, pelo menos, 50% do total de formandos dos cursos de graduação em medicina.

Para que isso possa acontecer será permitido às instituições firmarem convênios com a rede hospitalar pública ou privada. O Projeto de Lei citado é importante devido a necessidade de ampliar-se a oferta de vagas para a residência médica, por ser um complemento imprescindível da formação médica, contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e para responder ao anseio da população por médicos com formação adequada.

ANS

ANS descumpre acordo e prejudica usuários

O Conselho Federal de Medicina, a Associação Médica Brasileira e a Federação Nacional dos Médicos manifestam sua indignação e repudiam o posicionamento adotado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), com a edição da RN/82, de 29 de setembro de 2004



A Agência, com a RN citada, descumpriu o pactuado no gabinete do Ministro da Saúde, pela compatibilização da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos com o rol de procedimentos da ANS, inclusive após exaustivas discussões e contribuições das Entidades Médicas e Operadoras, em repetidas reuniões promovidas pela própria Agência.

A perplexidade do Movimento Médico prende-se ao fato de que, em momento de intenso processo de negociação entre médicos e operadoras, seja desconsiderado todo o encaminhamento que parecia sedimentado.

Certamente que o maior prejuízo decorrente desta atitude recai sobre os usuários dos planos de saúde, aos quais se nega o benefício da incorporação de novos procedimentos médicos, imprescindíveis ao exercício de uma medicina atualizada e ética.

**Conselho Federal de Medicina
Associação Médica Brasileira
Federação Nacional dos Médicos**